

ECONOMIA VERDE: CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA UMA GESTÃO ECO²SOCIAL¹ ?

Hamida Assunção Pinheiro²

Marcelo Souza Pereira³

Antônio Carlos Witkoski⁴

Resumo

Nos anos de 1970, as reflexões em torno das temáticas ambientais tornaram-se cada vez mais relevantes e ganharam a atenção da Organização das Nações Unidas – ONU, que passou a se empenhar nas discussões relacionadas ao crescimento econômico aliado à conservação e preservação ambiental. Desde então, diversas foram as tentativas de explicar e de dirimir a relação conturbada entre crescimento econômico e desenvolvimento social: o ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, a economia verde. O ecodesenvolvimento foi apresentado como uma concepção alternativa de desenvolvimento, pautado na valorização e aproveitamento dos conhecimentos locais e na prudência ecológica. Entretanto, foi o conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado pelo Relatório *Brundtland* (1987), que ganhou maior evidência nas questões ambientais. No ponto de vista discursivo, este defende a conservação e preservação do ambiente em nome de uma solidariedade sincrônica e diacrônica, mas não é o que se tem visto na realidade. A economia verde vem entrando em cena e necessita ser pensada criticamente. O presente artigo trata-se de uma incursão teórica com o objetivo de discutir até que ponto a economia verde pode ser considerada como um avanço. A proposta é apresentar os possíveis avanços e os limites desta ideia que vem se tornando recorrente nos debates em torno dos problemas ambientais.

Palavras-chave: Economia Verde; Ambiente; Desenvolvimento.

GREEN ECONOMY: A THEORETICAL CONTRIBUTION TO AN ECO²SOCIAL MANAGEMENT?

Abstract

In 1970, the discussions around environmental issues have become increasingly relevant and have gained the attention of the United Nations Organizations, its went on to engage in discussions related to economic growth and the conservation and preservation environmental. Since then, several have been attempts to explain and resolve the troubled relationship between economic growth and social development: the eco-development, sustainable development and, more recently, the green economy. The eco-development was presented as an alternative conception of development, based on recovery and utilization of

¹ A gestão ecológica, econômica e social é a ideia central presente na proposta oficial da economia verde. O termo GESTÃO ECO² SOCIAL indica uma articulação entre as esferas ecológica, econômica e social de modo equilibrado.

² Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e Doutoranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Email: hamida.assuncao@gmail.com.

³ Economista da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, Mestre em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amazonas e Bolsista FAPEAM. Email: cruise-marcelo@gmail.com.

⁴ Doutor em Sociologia, Docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Amazonas e Docente dos Programas de Pós-Graduação em: Sociologia, Sociedade e Cultura na Amazônia e Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Email: acwitkoski@uol.com.br.

local knowledge and ecological prudence. However, it was the concept of sustainable development, presented by the Brundtland Report (1987), which won greater evidence in environmental issues. In discursive perspective, this argues the conservation and preservation of the environment in the name of a synchronic and diachronic solidarity, but that has not happened. The green economy is coming into play and needs to be thought critically. This article shows a theoretical incursion to discuss until point the green economy can be considered as an advance. The proposal is to present the possible advances and limits of this idea coming become recurrent in discussions of environmental problems.

Keywords: green economy; Environment; Development.

Introdução

Desde os primórdios da civilização os homens buscaram dominar as técnicas que possam garantir-lhe o mínimo de bem-estar, sendo a natureza a primeira variável a compor este teorema de sobrevivência. Da manipulação do fogo ao mapeamento genético, a relação entre homens e o ambiente que os circunda sempre mostrou-se conturbada, principalmente quando a variável econômica, não menos importante, ganha força a partir da Revolução Industrial, momento em que, mesmo sem necessitar, o homem busca acumular excedentes cada vez maiores para a comercialização.

Alguns dos mais conhecidos pensadores econômicos – A. Smith, D. Ricardo, J. Bentham, entre outros – foram precisos ao concordar que os indivíduos agem de forma a buscar simplesmente os interesses individuais. Outros tantos concordaram que a natureza era a grande promotora da riqueza – a exemplo dos fisiocratas – proporcionando ao homem os bens de que necessita. Em meio a esta discussão, as decisões de produção, troca e consumo tornaram-se o fio condutor da sociedade, um verdadeiro dilema envolvendo economia, sociedade e ambiente.

Diante desta problemática, o último século provou de inúmeras tentativas de encontrar rumos para conciliar os interesses existentes na esfera política, social, econômica, cultural e ambiental do Planeta. Alguns conceitos e definições foram tomando forma e se consubstanciaram em ações políticas e/ou propostas voltadas a dirimir a questão: o ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável etc. Nesse cenário, surge a economia verde a partir de uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, com a proposta de unir um conjunto de instrumentos em prol do alcance do desenvolvimento sustentável.

Este texto tem o propósito de refletir criticamente acerca da economia verde, buscando compreender a proposta e perceber seus avanços e/ou limites no que diz respeito à promoção de um ambiente ecologicamente, economicamente – ECO² socialmente mais justo.

1. O dilema Economia X Sociedade X Ambiente

A questão que envolve a provisão da vida humana, a administração dos bens escassos e os recursos naturais existentes no planeta são tão antigas quanto a própria contagem do tempo. Eventos relatados pelos historiadores revelam a complexidade desta relação e demonstram que a humanidade, desde os primórdios, se apropria dos elementos naturais para o suporte da vida.

Não é novidade que as grandes civilizações, da antiguidade e contemporânea, utilizavam-se estrategicamente de suas habilidades e do que o ambiente dispunha para a manutenção de sua existência. A maioria dos povos da antiguidade estabeleceram-se às margens dos grandes rios, mares e oceanos – desenvolvendo tecnologias, como a irrigação, o transporte e o uso dos recursos naturais que os ambientes aquáticos e terrestres propiciavam – ou entre as montanhas – visando utilizá-las como escudos naturais contra ataques de outros povos e até mesmo para se proteger de predadores.

A Revolução Industrial marcou, sobremaneira, a existência humana a partir de uma forma sistemática e repetitiva de produção, que culminou com o aumento da produtividade, geração de excedentes, expansão do comércio e degradação do potencial ecológico de vários ecossistemas. É a partir destas discussões que se percebe o quanto a relação economia e sociedade interferem no meio natural, ou seja, que os agentes econômicos atuando livremente, conforme as leis do mercado, aceleraram o processo de apropriação dos recursos naturais, criando cenários de pauperização econômica e degradação ecológica em muitos dos países.

Na Inglaterra, com o desenvolvimento de novas tecnologias atreladas à Revolução Industrial, as cidades inglesas foram crescendo cada vez mais em número de habitantes, o que aumentou a pressão sobre a natureza. Por exemplo, a cidade de Manchester cresceu mais de 2.250% em menos de um século.



Gráfico 1 – Crescimento populacional de Manchester entre 1760 - 1851
FONTE: Hunt (1981)

Para Bursztyn & Persegona (2008), a gestão do meio natural (que hoje chamamos de recursos naturais) sempre foi a base dos sistemas econômico, social e político, e por isso, motivou alguns conflitos entre os povos. Com a industrialização e o processo de formação das cidades urbanas, houve também o aumento da população mundial. Os autores revelam que,

foram necessários mais de 100 séculos, desde o início da civilização, para que a população do planeta atingisse o primeiro bilhão de habitantes. O segundo bilhão precisou de apenas 130 anos; o terceiro, de 30 anos; o quarto, de 15 anos; o quinto, de 12 anos. Em 1999, a população estimada do planeta era de 6 bilhões de habitantes (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p. 14).

Atualmente, o planeta conta com mais de 7 bilhões de habitantes e como conciliar os interesses de tantos? Se por um lado a Revolução Industrial possibilitou uma maior apropriação dos recursos naturais, resultando em longevidade e menores índices de mortalidade, por outro lado os padrões de consumo também se alteraram, impondo pressão sobre a capacidade de suporte do Planeta⁵, uma vez que os indivíduos passaram a associar o consumo ao bem-estar, bandeira teórica do utilitarismo.

Jeremy Bentham (1748-1832), um utilitarista inglês, defendeu que a maximização da utilidade e da felicidade dependia do consumo. Ele alertava que o

⁵ A capacidade de suporte do planeta foi objeto de investigação, em 1993, pela equipe de Mathis Wackernagel e William Rees, da University of British Columbia e posteriormente publicizado pela WWF por meio da “Ecological Footprint”, uma ferramenta que mede em que grau a humanidade está usando os recursos da natureza com mais rapidez do que eles podem se regenerar.

dinheiro era um instrumento para medir a quantidade de prazer ou de sofrimento, propondo desta forma um maior número de bens para um maior número de pessoas. Se isso fosse verdadeiro e, se os mais de 7 bilhões de pessoas pudessem ter o mesmo padrão de consumo dos habitantes de um país desenvolvido, o mundo entraria em colapso.

A expansão comercial inglesa provou ao mundo que a capacidade de produção interna dos países é muito maior que sua capacidade de consumo, ou seja, a capacidade que as indústrias têm de extrair as matérias-primas e processá-las em produtos é muito maior do que a capacidade de consumo das populações destes países. Para sanar este problema, a Inglaterra cuidou de propagar seu modelo capitalista de expansão de mercados, adotado pelo mundo e consubstanciado pelos EUA no último século. Assim, em pouco tempo, se considerarmos a idade do planeta, o mundo deixou de ser agrícola e se tornou industrial e, ao mesmo tempo, deixou de ser rural para se tornar urbano. Ademais, junto com o industrial e o urbano, os novos padrões de consumo, pautado nas prerrogativas capitalistas, foram impostos aos habitantes do Planeta.

Outro evento que corroborou para complexificar esta conturbada relação (economia, sociedade e ambiente) foi a descoberta do carvão como fonte de energia e a partir dele a construção da máquina a vapor, ficando ainda mais evidente como a humanidade afetava diretamente o planeta com suas escolhas. A insalubridade das vilas industriais, aliada aos baixos salários e precárias condições de vida, acometia os operários e suas famílias de várias doenças, estopins que externaram ainda mais os históricos conflitos de classes investigados por Karl Marx em sua obra, *O Capital*.

Durante o século XIX a questão ambiental já concorria para as discussões envolvendo os ambientalistas e os que a colocavam como empecilho para o avanço das técnicas que pudessem render lucros. Assuntos como: a) chuva ácida; b) Efeito Estufa; c) Erosão do Solo; d) Desflorestamento; surgiam no cenário mundial como importantes para a manutenção da vida no planeta (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008).

O mundo chega ao século XX envolto a conflitos de interesses políticos e econômicos. Na primeira metade são vividas duas Grandes Guerras, nas quais estavam em jogo tais interesses. Nesse contexto, a expansão dos mercados continua voraz trazendo graves consequenciais ambientais que passam a incomodar um quantitativo cada vez maior de pessoas.

2. A metamorfose dos conceitos

Os avanços tecnológicos trouxeram vários produtos que possibilitam aumento da qualidade de vida. Mas, por outro lado, também trouxe agravos diretos e indiretos à saúde humana. Um acontecimento marca o *boom* mundial na preocupação com a questão ambiental: o lançamento do livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*) em 1962, de Rachel Carson, uma cientista, escritora e ecologista norte-americana. O livro de Carson alertou o mundo sobre os perigos do progresso tecnológico para a humanidade. Mais especificamente, a escritora investigou como o Dicloro-Difenil-Tricloroetano – DDT, o mais poderoso pesticida que o mundo já teve conhecimento, penetrava na cadeia alimentar e acumulava-se no tecido gorduroso dos animais, inclusive do homem, causando câncer e até mesmo danos genéticos.

Na obra, um fato marcante foi trazido pela autora, o relato de uma mulher do Alabama, onde detecta que durante a primavera muitas espécies que foram vistas na estação passada deixaram de aparecer, o que causou muita preocupação, pois os inseticidas utilizados nas lavouras para pulverizar as pragas estavam por exterminar muitas outras espécies do ecossistema.

Nossa terra tem sido um verdadeiro santuário de pássaros por mais de meio século. No último mês de julho, todos comentamos: 'Há mais pássaros do que nunca'. Então, de repente, na segunda semana de agosto, todas as aves desapareceram. Eu estava acostumada a levantar cedo para cuidar da minha égua favorita, que tinha uma jovem potra. Não havia um único som de canto de pássaros. Foi estranho, aterrorizante. O que o ser humano estava fazendo com o nosso mundo perfeito e belo? Finalmente, cinco meses depois apareceram um gaio-azul e uma carriça (CARSON, 2010, p. 97).

Posteriormente, no ano de 1968, Garrett Hardin publica na revista *Science* o ensaio intitulado A tragédia dos comuns (*The tragedy of the Commons*), no qual expõe sua preocupação com a crescente população mundial e a capacidade do planeta em prover a humanidade com os recursos necessários à manutenção da vida. A tragédia dos comuns narra a história de pastores que ao utilizarem terras comunais inseriam mais animais nos campos sem pensar nas consequências (deteriorização dos campos, aumento no consumo de alimentos, etc) da inutilização futura daquele bem comum. Hardin (1968) evidencia os conflitos existentes entre os interesses individuais e o uso dos recursos finitos, comprometendo a existência futura bem comum e levando a humanidade à miséria.

Em meio às discussões envolvendo a problemática social, econômica e ambiental, realiza-se em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Neste encontro os países desenvolvidos defendiam que se precisava impor exigências ambientais a fim de frear o avanço sobre os recursos naturais. Do outro lado estavam os países subdesenvolvidos que defendiam a proposta do 'desenvolvimento a qualquer custo'. No entanto, apesar da incompatibilidade aparente entre Economia e Ambiente, o esforço da convenção resultou em diversos questionamentos que deram fôlego às discussões durante as décadas seguintes, segundo Bursztyn & Persegona (2008, p. 151): O entendimento de frear a economia de forma isonômica a todos os países seria justa? Seria plausível impor aos países pobres o não crescimento econômico? Não seria essa proposta uma condenação fatal dos pobres à pobreza?

Apesar do aparente fracasso da Convenção de Estocolmo, pela ausência de acordos entre as partes, o encontro serviu para evidenciar que o caminho para o desenvolvimento não perpassaria obrigatoriamente pelo crescimento econômico e que outras variáveis deveriam ser analisadas, visto que a população do mundo e o planeta em si estavam pagando um alto preço pelo crescimento de poucas nações. Conforme Feldman (1997, p. 14) “essa conferência chamou a atenção das nações para o fato de que a ação humana estava causando séria degradação da natureza e criando severos riscos para o bem estar e para a própria sobrevivência humana”.

Em 1973 o canadense Maurice Strong introduz o conceito de ecodesenvolvimento, cujos fundamentos foram aprofundados pelo polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs. Strong (1973) evidenciou o fato de que o desenvolvimento humano e o ambiente são indissociáveis. De forma semelhante, Sachs (2009) define o ecodesenvolvimento como um desenvolvimento pautado não somente nos ditames do capitalismo, que aponta apenas para o crescimento das margens (lucro, utilidade, produto, riqueza), mas como o complexo resultado das relações humanas sobre meio ambiente. Sachs (2008) em sua obra *Desenvolvimento Includente, Sustentável e Sustentado*, defende que os efeitos do desenvolvimento devem: a) ser repartidos entre toda a sociedade; b) obedecer aos equilíbrios necessários à homem-natureza; e c) que seja economicamente viável.

Os dilemas que envolvem o acesso e o uso dos recursos naturais foram e continuam sendo discutidos em diversos encontros. Em 1983, foi criada a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então Primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Em 1987 esta comissão publicou Relatório *Brundtland*, o qual pela primeira vez definiu o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem as próprias necessidades.

Duas décadas após a primeira conferência, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na ocasião, pela primeira vez, os países ricos foram convidados a financiar os países pobres na resolução de seus problemas ambientais e na promoção de melhores condições de vida aos seus habitantes, incluindo a responsabilidade dos atores não-governamentais. A “Cúpula da Terra”, como ficou conhecida pela massiva participação de representantes oficiais dos países do mundo, homologou diversos documentos em prol da preservação da vida na Terra.

Finalmente, depois de mais vinte anos e após muitas discussões envolvendo economia, sociedade e ambiente, os representantes mundiais reuniram novamente em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, para discutir os resultados alcançados desde a Conferência de 1992. A novidade deste encontro é que o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, buscando explicitar a estreita e, ao mesmo tempo, conflitante relação entre a Economia X Sociedade X Ambiente, apresenta a iniciativa denominada de Economia Verde como proposta para alcançar um desenvolvimento mais sustentável.

Para o PNUMA a economia verde precisa resultar na melhoria do bem-estar humano e na igualdade social, ao passo que, deve reduzir significativamente os riscos ambientais e as limitações ecológicas. A economia verde deve também ser propiciadora de uma economia de baixo carbono e apresentar eficiência no uso de recursos naturais com o uso de tecnologias apropriadas e socialmente inclusivas.

3. A gestão ECO²SOCIAL da economia verde

As questões ambientais têm frequentemente colocado em xeque um amplo conjunto de atividades econômicas devido ao uso indiscriminado dos recursos naturais durante vários anos. A consequência disso é a crise socioambiental tão propagada na

sociedade contemporânea. Nessa lógica, Rivas, Kahn e Mourão (2011) destacam que “o colapso de grande parte do sistema físico e natural deve implicar no colapso dos sistemas sociais e econômicos. A história da humanidade é cheia de exemplos de como a degradação ambiental levou ao colapso social” (p. 13).

Leff (2009) destaca que a relação entre homens e a natureza perpassa pela cultura, que por sua vez, influi nos processos históricos, econômicos e ecológicos da humanidade. As práticas culturais abarcam um conjunto complexo que envolve técnicas para o aproveitamento dos recursos naturais, capacidade de adaptabilidade ou de transformação do ambiente e até mesmo a própria lógica econômica de organização da vida em sociedade. A cultura envolve o potencial ecológico e tecnológico das formas produtivas de uma sociedade, bem como condiciona as respectivas intensidades desses potenciais.

O autor considera que a história da humanidade é sobressaltada pelo processo de modernização. A passagem de culturas pré-capitalistas para capitalista, interrompe um processo civilizatório marcado pela utilização da natureza como fonte de significação da vida. Nas sociedades pré-capitalistas, diz Leff (2009), a natureza era empregada como fonte de subsistência, suporte da riqueza material e imaterial. Já com o avanço do sistema capitalista de produção e o conseqüente processo de globalização, a relação entre homens e natureza passa a ser orientada pela degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social. O mundo moderno é assombrado pela lógica perversa da acumulação incessante, a qual exige que uma quantidade cada vez maior de recursos humanos e naturais sejam explorados para garantir o bem-estar de uma pequena parcela economicamente privilegiada.

Conforme Leff (2009), de certa maneira, o sistema capitalista fez romper a equilíbrio entre os sistemas naturais e as formações sociais. O processo de acumulação do capital, na ânsia de produzir lucros cada vez mais elevados, toma os recursos naturais exacerbadamente como objeto para a produção de mercadorias. Essa dinâmica é fruto do que o autor denomina de irracionalidade produtiva. A irracionalidade produtiva ocasiona, a médio e longo prazo, a degradação do potencial produtivo do ambiente em nome da maximização dos ganhos privados. Já a racionalidade ambiental defende um novo conceito de democracia fundamentado na apropriação coletiva e não privada dos recursos naturais.

A degradação do ambiente é uma consequência da compulsão pela produção e pelo consumo na economia capitalista. Leff (2008) chama atenção para o uso intenso e indiscriminado dos recursos naturais em nome do desenvolvimento econômico. O autor alerta que o crescimento econômico não vem sendo acompanhado de desenvolvimento social, pois a apropriação privada do lucro tem como consequência o agravamento das desigualdades sociais, que por sua vez implica na deteriorização das condições de vida da classe trabalhadora. O ecológico e o econômico não estão em sintonia.

O capitalismo contemporâneo marcado pela retórica neoliberal desenvolve formas mais sofisticadas para exploração dos recursos naturais. Em meio à ameaça de esgotamento de diversos recursos naturais, a ideologia neoliberal reinterpreta a concepção de desenvolvimento sustentável e a emprega como forma de legitimar a degradação ambiental como necessária para o crescimento econômico da sociedade. A concepção vem sendo empregada erroneamente como uma nova fase mais ecológica para a reprodução do capital (LEFF, 2008).

Guatarri (1990) acredita que estamos vivendo em um mundo caótico e antagônico, marcado pela crise ecológica e pela pauperização quase absoluta das massas. Na atualidade, sobressaltam-se altos índices de desemprego, marginalidade, solidão, neuroses e outros que revelam o descompasso latente entre crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico.

O planeta Terra vive um período de intensa transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deteriorização (GUATARRI, 1990, p. 7).

O desenvolvimento maquínico registrado por Guatarri (1990) vem dando sinais de esgotamento, não em seu potencial tecnológico, mas na sua vertente humana, social e ecológica. Há a necessidade urgente de se pensar planetariamente em soluções tanto para questões ambientais como para a questão da desigualdade social, “no mínimo pelo fato de que corremos o risco de não haver mais história humana se a humanidade não reassumir a si mesma radicalmente” (GUATARRI, 1990, p. 54).

O desenvolvimento da humanidade é multidimensional, isto é, deve ser compreendido à luz de distintas dimensões que se complementam. Sachs (2008) explica que a multidimensionalidade e a complexidade do conceito de desenvolvimento torna-o, na maioria das vezes, fugidio. A ideia de desenvolvimento é oriunda da década de 1940 e relaciona-se com a recuperação da periferia da Europa devastada no pós-guerra. O cerne da questão estava em superar o atraso social e econômico que se evidenciava na industrialização incipiente, na falta de tecnologia e no desemprego e subemprego crônico.

Com a promessa de recuperação econômica, emerge o Estado de bem-estar social, apoiado nas concepções de Keynes e Beveridge, foi um momento marcado pelo crescimento econômico e também por grandes conquistas sociais para a classe trabalhadora. Todavia, O estado de bem-estar ficou restrito aos países europeus de maior crescimento econômico. E ainda assim, mesmo na configuração mais plena do Estado de bem-estar social, a pobreza e a desigualdade não foram eliminadas.

Sachs (2008) explica que, por algumas décadas acreditava-se que o crescimento econômico resultaria em desenvolvimento social, mas com o apogeu e a posterior decadência do Estado de bem-estar ficou evidente que uma coisa não está interligada com a outra. O autor esclarece que é no contexto de desmantelamento do Estado de Bem-estar que surge uma espécie de reconceitualização no termo desenvolvimento, no qual recebe um prefixo passando a ser nominado por ecodesenvolvimento.

O ecodesenvolvimento logo foi substituído pela noção de desenvolvimento sustentável, justamente por este último tratar-se de um termo bem menos radical em sua essência. Segundo Sachs (2008) o desenvolvimento sustentável tem cinco pilares, são eles: o social, o ambiental, o territorial, o econômico e o político. Assim, para avançar no desenvolvimento, é preciso um trabalho simultâneo nessas distintas frentes, com vista à promoção de uma sociedade que cresça economicamente, redistribua renda, explore os recursos naturais de modo racional, respeite os direitos humanos e defenda a liberdade como princípio.

Sachs (2008) considera que o desenvolvimento é impensável sem a universalização dos direitos civis, políticos e sociais, dentre eles o direito ao trabalho decente, que merece especial destaque, pois pode possibilitar o acesso a outros direitos. O autor defende a tese do desenvolvimento incluyente com base no trabalho decente para todos, e acredita que a participação política dos sujeitos é a forma pela qual a

sociedade pode pressionar o Estado para a promoção de políticas públicas de qualidade. Ele considera que as políticas de geração de emprego e a oferta de serviços sociais públicos devem ser tomadas como prioritárias para que haja desenvolvimento. Para o autor, “o desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar suas potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização e da felicidade” (SACHS, 2008, p. 35).

Na ótica de Sachs (2008), o desenvolvimento deve conciliar duas vertentes fundantes, a primeira se refere à esfera econômica e segunda à esfera social. Na primeira esfera, deve-se ampliar, diversificar e complexificar as estruturas produtivas, com vista a oferecer várias alternativas de crescimento econômico e emprego decente. Em relação à esfera social, o objetivo deve ser a redução das desigualdades sociais. A esfera ambiental dialoga com as demais, tendo em vista que só há desenvolvimento se houver conservação e preservação do ambiente.

Nesse cenário, a economia verde é apresentada como uma possibilidade de redenção dos problemas socioambientais que se agravam, defendendo baixa emissão de carbono, eficiência no uso dos recursos naturais e inclusão social. O termo é relativamente recente e tem suscitado uma diversidade de discussões que não são consensuais, muito pelo contrário, são polêmicas e controversas. A economia verde tem sido introduzida no debate das questões socioambientais como uma forma mais avançada para se pensar o crescimento econômico atrelando-o ao desenvolvimento social. Mas será mesmo que esta proposta apresenta avanços importantes? Ou se trata apenas de uma outra retórica oficial para reafirmar e fortalecer o modelo de desenvolvimento econômico vigente?

Há autores que consideram a economia verde como sinônimo de economia limpa, haja vista que a mesma defende a redução de emissões de carbono na atmosfera dentre outras formas de diminuir os danos ambientais, de um outro lado, há aqueles que acreditam que a economia verde é apenas uma nova roupagem apresentada pela classe dominante para continuar usando os recursos naturais em prol do “progresso”.

Para Almeida (2012), a economia verde, primeiramente, não pode ser considerada nem mesmo como conceito, uma vez que não apresenta subsídios suficientemente claros para tal, é apenas um conjunto de instrumentos pensados para

alcançar o desenvolvimento sustentável, com a diferença que inclui no bojo das discussões, a preocupação com a qualidade ambiental e com a inclusão e justiça social.

A proposta é fraca e não apresenta respostas viáveis e sustentáveis à capacidade de suporte do planeta. Semelhante ao que aconteceu com o desenvolvimento sustentável, a economia verde não atinge o cerne da questão, ou seja, não discute ou problematiza a motriz do sistema capitalista de produção – a (in)racionalidade produtiva (ALMEIDA, 2012)

Conforme destaca a autora, as bandeiras defendidas pela economia verde buscam os argumentos justificadores da lógica produtivista e consumista da sociedade contemporânea. De acordo com a autora, inicialmente em 2008, a economia verde foi afirmada como uma iniciativa capaz de

mobilizar e orientar a economia global para investimentos em tecnologias limpas e infraestrutura ‘natural’ como as florestas e solos, é a melhor aposta para o crescimento efetivo, o combate às mudanças climáticas e a promoção de um *boom* de emprego no século 21 (UNEP apud ALMEIDA, 2012, p. 93).

Como esta definição foi alvo de inúmeras críticas e acusada de puramente economicista, em 2011 o PNUMA reformulou e apresentou um novo conceito de economia verde dando mais evidência à preocupação com os seres vivos do planeta e com a eficiência no uso dos recursos naturais. Nesta lógica, a economia verde foi considerada e explicitada como “aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e das limitações ecológicas” (UNEP apud ALMEIDA, 2012, p. 94).

Na ótica da economia verde, o ambiente é visto como uma força em potencial que pode gerar oportunidades econômicas, não mais como impositor de restrições. Desse modo, o investimento em tecnologias limpas, em eficiência energética, em serviços ambientais, dentre outros são tidos como possibilidades para o crescimento da renda e da geração de empregos. Para Cechin e Pacini (2012), a economia verde está numa fronteira tênue que busca conciliar o que historicamente é inconciliável, que apesar de otimista, deve ser pensada à luz do ceticismo da razão.

O fato é que a economia verde está em pauta, inclusive esteve como tema central na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20 – ocorrida em junho do presente ano. O tema foi a *Economia verde no contexto do*

desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Tema este que indica a articulação de questões tradicionalmente contraditórias: crescimento econômico com baixo impacto ambiental, melhoria do ambiente e eliminação da pobreza.

Nesse contexto, pensar a economia verde é complexo e utópico, principalmente no contexto capitalista, no qual o crescimento econômico se deu e ainda se dá às custas do uso indiscriminado e exacerbado dos recursos naturais, bem como da exploração da classe trabalhadora e da conseqüente recrudescimento das desigualdades sociais. Este é o grande limite da proposta, uma vez que a mesma não atinge a raiz de tais problemas, ficando apenas na superficialidade.

Considerações Finais

Pensar a economia verde e suas vertentes ecológica, econômica e social – ECO² SOCIAL – requer a compreensão crítica das discussões que fundamentam o dilema histórico entre sociedade X economia X ambiente. Este artigo buscou não apenas fazer a condenação tácita do novo termo, mas explicitar a real proposta que emerge nos documentos oficiais, verificando sua amplitude discursiva e o seu limite e dificuldade de operacionalização.

Em síntese, a economia trata-se de um termo ambíguo e bastante flexível, que pode esconder uma diversidade de intenções, assim como aconteceu e continua acontecendo com o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável tem sido empregado por sujeitos e instituições públicas e privadas de diferentes posicionamentos político-ideológicos, o que lhe atribui confusões e até mesmo esvaziamento de sentido. Ainda que bombardeada por críticas, sobretudo no meio acadêmico, a discussão em torno da economia verde precisa ser travada em diferentes fóruns, pois são questões que atingem direta e indiretamente a todos.

No limite, é preciso deixar muito claro que os problemas ambientais não serão resolvidos a partir de “novos termos ou conceitos”, ou ainda, através da aplicação de determinadas inovações tecnológicas, mas do que nunca é necessária uma reviravolta na lógica de organização socioprodutiva. É lógico que a sociedade sempre precisará produzir, assim como precisará consumir, mas a distribuição dos produtos tem que ser menos desigual. Poucos com muito e muitos com pouco ou quase nada esta é situação que deve ser revista. Os recursos naturais devem ser empregados para saciar as

necessidades do presente, sem desperdícios, por isso, é a lógica consumista que deve ser revisitada e questionada. Isto sim pode significar avanços na direção de um novo tempo na perspectiva Eco²Social, ou seja, uma gestão economicamente, ecologicamente e socialmente mais equilibrada.

Referências

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. Economia Verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Estudos Avançados**. p. 93 – 103. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a07v26n74.pdf>. Acessado em 26/05/2012.

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Traduzido por Claudia Sant'Ana. São Paulo: Gaia, 2010.

CECHIN, Andrej; PACINI, Henrique. Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão. **Estudos Avançados**. p. 121-135. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a09v26n74.pdf>. Acessado em 26/05/2012.

FELDMAN, Fábio. **Entendendo o meio ambiente**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo: SMA, 1997.

GUATARRI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencout. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HARDIN, Garret. **The tragedy of the Commons**. Science. Vol 162, no. 3859, pp 1243-1248, 1968

HUNT, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo – 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

LEFF, Enrique. A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos. In: **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RIVAS, Alexandre; KAHN, James R.; MOURÃO. **A Economia dos Serviços Ambientais**. Editora: Manaus, 2011 (no prelo)

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.